

CARLOS ALBERTO CARMONA

# ARBITRAGEM E PROCESSO

UM COMENTÁRIO À LEI Nº 9.307/96

4ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.07.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2023 by  
Editora Atlas Ltda.  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

---

C285a  
4. ed.

Carmona, Carlos Alberto

Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/1996 / Carlos Alberto Carmona – 4. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-9700-692-6

1. Brasil. [Lei de arbitragem brasileira (1996)]. 2. Arbitragem e sentença – Brasil. I. Título.

23-84520

CDU: 347.918(81)



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

---

## À Guisa de Introdução

1	Vinte e seis anos de vigência da Lei de Arbitragem.....	1
2	Obstáculos à utilização da arbitragem antes da Lei nº 9.307/1996.....	4
3	O anteprojeto de lei de 1981 .....	5
4	O anteprojeto de lei de 1986 .....	6
5	O anteprojeto de lei de 1988 .....	7
6	<i>A Operação Arbitrer</i> .....	8
7	Orientação do anteprojeto que se converteu em lei: questões prévias.....	9
8	A tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional .....	11
9	Estrutura da Lei de Arbitragem.....	12
10	Autonomia privada .....	13
11	Convenção de arbitragem .....	14
12	Cláusula compromissória.....	15
13	Execução específica da cláusula compromissória.....	16
14	Competência do árbitro .....	16
15	Compromisso arbitral: elementos indispensáveis.....	17
16	Elementos facultativos do compromisso arbitral.....	18
17	Extinção do compromisso arbitral.....	19
18	O árbitro.....	20
19	Procedimento arbitral.....	21

20	Sentença arbitral.....	22
21	“Embargos de declaração”.....	23
22	Jurisdição da arbitragem.....	23
23	Nulidade da sentença arbitral.....	24
24	Impugnação da sentença arbitral.....	25
25	Reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras.....	25
26	Disposições finais.....	26
27	Reforma da Lei de Arbitragem.....	26

## Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996

### CAPÍTULO I Disposições gerais

<b>Artigo 1º</b> .....		29
1 Arbitragem: conceito.....		29
2 Cláusula arbitral escalonada.....		32
3 Arbitragem obrigatória.....		35
4 Capacidade de contratar.....		38
5 Direito patrimonial disponível.....		41
6 Direito do trabalho.....		42
7 O Estado e a arbitragem.....		50
8 A administração pública na arbitragem: globalização?.....		59
9 Quem representa a administração pública?.....		68
10 Relações de consumo.....		71
11 Arbitragem na recuperação de empresas.....		73
12 Parcerias público-privadas.....		74
13 Coisa julgada.....		76
14 Natureza da tutela pretendida: o pedido imediato.....		76
15 “Dirimir litígio”: ação probatória autônoma.....		78
<b>Artigo 2º</b> .....		86
1 Autonomia privada.....		86
2 Equidade.....		87
3 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (art. 9º).....		89
4 Bons costumes.....		90
5 Ordem pública.....		90
6 Princípios gerais de direito.....		92
7 Usos e costumes.....		93
8 <i>Lex mercatoria</i> .....		94
9 Administração pública e julgamento segundo as regras do direito.....		95
10 Publicidade nas arbitragens de que participa a administração pública.....		96

**CAPÍTULO II**  
Da Convenção de Arbitragem e seus Efeitos

<b>Artigo 3º</b> .....	101
1 Convenção de arbitragem .....	101
2 Efeitos da convenção de arbitragem .....	102
3 Direito intertemporal: mais duas palavras sobre os efeitos da convenção de arbitragem .....	103
4 “Extensão subjetiva” da convenção de arbitragem.....	105
5 Extensão objetiva da convenção de arbitragem .....	108
6 Administração pública e novos requisitos da convenção arbitral .....	110
7 Extinção da convenção arbitral por insuficiência econômica superveniente .....	111
<b>Artigo 4º</b> .....	117
1 Ausência de tratamento legislativo da cláusula compromissória antes da Lei de Arbitragem .....	117
2 Pacto de Genebra .....	118
3 Convenção de Nova Iorque.....	120
4 Convenção interamericana sobre arbitragem comercial internacional (Convenção do Panamá) .....	121
5 Natureza jurídica da cláusula compromissória .....	122
6 Requisitos da cláusula arbitral .....	125
7 Contratos de adesão .....	127
8 Contratos eletrônicos e cláusula compromissória .....	129
9 Cláusula compromissória e testamento.....	130
10 A cláusula compromissória nos contratos societários .....	132
11 Cláusulas arbitrais patológicas .....	134
12 Cláusula compromissória e eleição de foro .....	136
13 Cláusula compromissória assimétrica .....	143
<b>Artigo 5º</b> .....	149
1 Órgãos arbitrais institucionais.....	149
2 Instituições de caráter científico.....	150
3 Órgãos arbitrais institucionais brasileiros.....	151
4 Órgãos arbitrais institucionais internacionais .....	154
5 Controle e fiscalização dos órgãos arbitrais institucionais .....	156
6 Regras para a instituição da arbitragem .....	158
7 Modelos de cláusulas arbitrais: as sugestões dos órgãos arbitrais institucionais .....	160
<b>Artigo 6º</b> .....	163
1 Cláusula arbitral vazia .....	163
2 Firmar compromisso arbitral?.....	164
3 Falta de acordo e recurso ao Poder Judiciário.....	165
4 Intervenção judicial .....	166

<b>Artigo 7º</b> .....	171
1 Execução específica: sentença substitutiva da vontade da parte.....	171
2 Execução específica da cláusula compromissória.....	173
3 Procedimento.....	175
4 Consequências do comportamento do réu no processo.....	177
5 Sentença e seus efeitos.....	179
6 Indicação de órgão arbitral institucional na sentença.....	181
7 Execução da cláusula compromissória em face de órgão arbitral institucional.....	181
<b>Artigo 8º</b> .....	185
1 Autonomia da cláusula compromissória.....	185
2 Competência do árbitro para analisar a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem.....	186
3 Conflito de competência: intervenção do STJ.....	190
<b>Artigo 9º</b> .....	195
1 Conceito de compromisso. Compromisso como contrato.....	195
2 Compromisso e transação.....	198
3 O compromisso na visão de alguns comentaristas do Código de Processo Civil de 1973.....	198
4 O compromisso como negócio jurídico processual.....	199
5 Compromisso arbitral judicial.....	200
6 Compromisso arbitral extrajudicial.....	200
7 Processo em curso e compromisso arbitral.....	201
8 Formalismo: necessidade de superação.....	202
9 Instauração da arbitragem.....	203
<b>Artigo 10</b> .....	206
1 Elementos essenciais do compromisso arbitral.....	206
2 Qualificação das partes.....	206
3 Qualificação dos árbitros.....	208
4 Matéria que será objeto da arbitragem.....	209
5 Local em que será proferido o laudo.....	211
6 “Dépeçage”: locais diversos para proferir decisões.....	212
<b>Artigo 11</b> .....	215
1 Local da arbitragem.....	215
2 Autorização para julgar por equidade.....	217
3 Prazo para apresentação da sentença arbitral.....	218
4 Lei aplicável à arbitragem. Regras corporativas.....	219
5 Honorários advocatícios e despesas da arbitragem.....	219
6 Honorários dos árbitros.....	221
7 Idioma em que se processará a arbitragem.....	223

<b>Artigo 12</b> .....	226
1 Árbitros insubstituíveis e extinção do compromisso arbitral.....	226
2 Prazo para proferir o laudo e extinção do compromisso.....	227
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Dos árbitros</b>	
<b>Artigo 13</b> .....	231
1 Árbitro, arbitrador e compositor amigável.....	231
2 Capacidade para ser árbitro.....	233
3 Pode o juiz togado ser árbitro?.....	234
4 Membros do Ministério Público, da Advocacia-geral da União e Procuradores dos Estados podem ser árbitros?.....	235
5 Número ímpar de árbitros.....	236
6 Árbitros suplentes.....	237
7 O processo de escolha dos árbitros.....	238
8 A escolha do presidente.....	239
9 Lista de árbitros.....	241
10 O secretário.....	243
11 Imparcialidade.....	245
12 Códigos de ética.....	247
13 Independência.....	248
14 Competência.....	249
15 Diligência.....	250
16 Discrição.....	251
17 Adiantamento de verbas.....	252
<b>Artigo 14</b> .....	256
1 Impedimento e suspeição.....	256
2 Dever de revelação.....	259
3 Recusa do árbitro.....	262
<b>Artigo 15</b> .....	265
1 Exceção de impedimento e suspeição.....	265
2 Forma da exceção e competência do tribunal arbitral para decisão.....	266
3 Acolhimento da exceção.....	267
<b>Artigo 16</b> .....	268
1 Árbitro substituto (ou suplente) indicado na convenção de arbitragem.....	268
2 Árbitro substituto não indicado diretamente na convenção de arbitragem.....	269
3 Impasse para a nomeação de substituto.....	269
<b>Artigo 17</b> .....	270
1 Responsabilidade civil do árbitro.....	270
2 Responsabilidade criminal do árbitro.....	273

<b>Art. 18</b> .....	275
1 Juiz de fato e de direito .....	275
2 Recurso .....	276
3 Fim do processo de homologação.....	277
4 Sistemas de controle judicial das sentenças arbitrais.....	278
5 Natureza jurídica da homologação: alguns argumentos sobre a jurisdicionalidade da arbitragem.....	279

## CAPÍTULO IV Do Procedimento Arbitral

<b>Artigo 19</b> .....	283
1 Instituição da arbitragem .....	283
2 <i>Terms of reference</i> .....	284
3 Recusa de uma das partes em assinar o termo de arbitragem.....	285
4 Prescrição .....	286
<b>Artigo 20</b> .....	288
1 Preclusão?.....	288
2 Suspeição e impedimento.....	289
3 Incompetência do órgão arbitral. Defeito da convenção de arbitragem.....	290
<b>Artigo 21</b> .....	293
1 A escolha do procedimento arbitral .....	293
2 Da teoria à prática: as escolhas das partes.....	296
3 Procedimento <i>on-line</i> .....	297
4 Exotismo ou novas tendências em matéria de procedimento arbitral? .....	298
5 Princípios do processo arbitral.....	299
6 Inteligência artificial e livre convencimento do árbitro .....	304
7 O advogado na arbitragem.....	305
8 Conciliação.....	308
9 Intervenção de terceiros .....	309
<b>Artigo 22</b> .....	316
1 Poderes instrutórios do árbitro .....	316
2 Audiência de organização do procedimento .....	317
3 Limitações aos poderes instrutórios .....	318
4 Adiantamento de despesas .....	319
5 Forma de produção das provas.....	320
6 Perito do tribunal e peritos das partes.....	320
7 <i>Sachs protocol</i> .....	322
8 Ordem de produção das provas.....	323
9 Depoimento das partes.....	324



10	Testemunhas .....	325
11	<i>Expert witnesses</i> (testemunhas técnicas) .....	326
12	<i>Witness Statements</i> (depoimento testemunhal escrito) .....	327
13	Revelia.....	329
14	Repetição de provas .....	330

#### CAPÍTULO IV-A Das Tutelas Cautelares e de Urgência

<b>Artigo 22-A</b> .....	335
1 Breve histórico .....	335
2 Medidas de urgência antecedentes .....	338
3 Medidas cautelares antecedentes .....	339
4 Tutela antecipada antecedente.....	339
5 Medidas de urgência durante a arbitragem: hipótese excepcional .....	341
6 Árbitro de emergência.....	341
7 Tutela da evidência.....	343
<b>Artigo 22-B</b> .....	346
1 Provisoriedade da medida de urgência .....	346
2 Reafirmação da competência dos árbitros para tutela de urgência .....	347

#### CAPÍTULO IV-B Da Carta Arbitral

<b>Artigo 22-C</b> .....	349
1 Antes de 2015.....	349
2 Criação da carta arbitral .....	350
3 Forma e cumprimento da carta arbitral .....	350
4 Sigilo.....	351

#### CAPÍTULO V Da Sentença Arbitral

<b>Artigo 23</b> .....	353
1 Sentença.....	353
2 Terminologia: sentença arbitral <i>versus</i> laudo arbitral .....	354
3 Prazo convencional para apresentar a sentença arbitral .....	357
4 Prazo legal para apresentação da sentença arbitral.....	359
5 Noção de sentença arbitral parcial .....	360
6 Sentença parcial: um pouco de história .....	363
7 Sentença arbitral parcial: direito estrangeiro.....	366
8 Vantagens e desvantagens da sentença arbitral parcial .....	370
9 Prazo para proferir sentença arbitral parcial.....	371

<b>Artigo 24</b> .....	373
1 Documento escrito .....	373
2 Decisão majoritária .....	373
3 Voto de Minerva .....	375
4 Declaração de voto vencido .....	375
5 Declaração de voto vencedor .....	377
6 Declaração de voto vencido (ou vencedor) em decisão interlocutória .....	377
<b>Artigo 25 (Revogado pela Lei nº 13.129 de 2015)</b> .....	378
1 Questão prejudicial: revogação de um dispositivo desnecessário .....	378
2 Fim de uma era .....	379
<b>Artigo 26</b> .....	381
1 Requisitos essenciais da sentença arbitral .....	381
2 O modelo de sentença do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015: inaplicabilidade à arbitragem .....	382
3 Relatório .....	383
4 Motivação .....	383
5 Dispositivo .....	384
6 Data e lugar em que a sentença foi proferida .....	385
<b>Artigo 27</b> .....	387
1 Custas e despesas com a arbitragem .....	387
2 Honorários advocatícios .....	388
3 Litigância de má-fé .....	391
<b>Artigo 28</b> .....	392
1 Acordo das partes .....	392
2 Forma da sentença arbitral homologatória .....	393
3 Não homologação de acordo .....	393
<b>Artigo 29</b> .....	396
1 Término do processo arbitral .....	396
2 O cumprimento da sentença arbitral .....	397
<b>Artigo 30</b> .....	399
1 Correção da sentença arbitral .....	399
2 Erro material .....	399
3 Obscuridade .....	401
4 Contradição .....	401
5 Omissão .....	402
6 Dúvida .....	402
7 Procedimento .....	403
8 Prazos .....	404
<b>Artigo 31</b> .....	405
1 Constituição e arbitragem .....	405

2	Os efeitos da sentença arbitral .....	408
3	Originais e cópias .....	410
4	Ordem de citação do devedor: cumprimento da sentença arbitral condenatória .....	410
<b>Artigo 32</b> .....		412
1	Nulidade ou anulabilidade? .....	412
2	Nulidade da convenção de arbitragem .....	414
3	Sentença arbitral proferida por quem não podia ser árbitro .....	415
4	Falta dos requisitos obrigatórios da sentença arbitral .....	416
5	Sentença arbitral proferida fora dos limites da convenção de arbitragem.....	418
6	Sentença arbitral que não decide todo o litígio .....	420
7	Prevaricação, concussão ou corrupção passiva .....	420
8	Sentença arbitral proferida fora do prazo .....	421
9	Desrespeito aos princípios que garantem o devido processo legal .....	422
10	Violação da ordem pública .....	423
<b>Artigo 33</b> .....		432
1	Irrenunciabilidade do direito de propor demanda anulatória .....	432
2	Objetivo da demanda anulatória .....	433
3	Anulação e devolução do processo aos árbitros .....	434
4	Anulação parcial da sentença arbitral .....	435
5	Procedimento da ação de anulação.....	435
6	A impugnação ao cumprimento de sentença .....	438
7	Anulação das sentenças parciais.....	439
8	Cumprimento das sentenças parciais .....	440
9	Sentença arbitral complementar .....	441
 <b>CAPÍTULO VI</b> <b>Do Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras</b>		
<b>Artigo 34</b> .....		445
1	Reconhecimento da sentença arbitral estrangeira .....	445
2	Sentença arbitral doméstica e estrangeira .....	447
<b>Artigo 35</b> .....		450
1	A competência do Superior Tribunal de Justiça.....	450
2	Caráter restritivo do dispositivo legal.....	454
<b>Artigo 36</b> .....		456
1	Nova remissão.....	456
2	Medidas de urgência.....	457
3	Juízo competente para o cumprimento da decisão estrangeira .....	457
<b>Artigo 37</b> .....		461
1	Petição inicial .....	461

2	Documentos essenciais.....	462
3	Procedimento.....	463
<b>Artigo 38</b>	.....	466
1	A Convenção de Nova Iorque (1958) e as hipóteses de rejeição do pedido de homologação.....	466
2	Incapacidade das partes.....	467
3	Invalidez da convenção de arbitragem.....	470
4	Falta de notificação e cerceamento de defesa.....	471
5	Sentenças <i>extra petita</i> e <i>ultra petita</i> .....	472
6	Constituição do tribunal arbitral em desconformidade com o pactuado.....	473
7	Sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa.....	474
8	Homologação de sentença anulada no local em que foi proferida.....	475
<b>Artigo 39</b>	.....	477
1	Os direitos patrimoniais disponíveis e os laudos arbitrais estrangeiros.....	477
2	Ordem pública internacional.....	477
3	Citação e ordem pública.....	480
<b>Artigo 40</b>	.....	482
1	Extinção do processo sem julgamento de mérito.....	482
2	Renovação do pedido.....	483

## CAPÍTULO VII Disposições Finais

<b>Artigo 41</b>	.....	485
1	Adaptações ao Código de Processo Civil de 1973.....	485
2	Alteração do art. 267, VII, do Código de Processo Civil de 1973.....	486
3	O art. 301, IX, do Código de Processo Civil.....	486
4	Um equívoco: a alteração do art. 584, III, e a reforma do Código de Processo Civil de 1973.....	487
<b>Artigo 42</b>	.....	490
1	O art. 520 do velho Código passa a ser o art. 1.012 do atual Código.....	490
2	Suspensão dos efeitos da sentença.....	491
<b>Artigo 43</b>	.....	492
1	<i>Vacatio legis</i> .....	492
2	Direito intertemporal.....	492
<b>Artigo 44</b>	.....	493
1	Revogação do Código Civil de 1916 e do Código de Processo Civil de 1973 em matéria de arbitragem.....	493
2	O art. 51, VII, do Código de Defesa do Consumidor.....	493
<b>Bibliografia</b>	.....	497
<b>Índice Remissivo</b>	.....	519